

Reflexões sobre as “classes médias” no capitalismo contemporâneo

Sávio Machado Cavalcante

Doutorando em Sociologia – UNICAMP

saviomc@gmail.com

1. Classes médias, reestruturação produtiva e neoliberalismo.

A configuração do trabalho no capitalismo vem sofrendo profundas alterações desde as últimas décadas, a partir de um movimento de reestruturação da produção que uniu vetores políticos, econômicos e tecnológicos em várias partes do mundo. Desde então, um intenso debate acerca do papel e da importância do trabalho na sociedade contemporânea incidiu sobre as ciências humanas, em geral, e sobre a sociologia, em particular. Conseqüentemente, os conceitos referentes às classes sociais no sentido marxista tradicional – mais especificamente, classe trabalhadora, classes médias e proletariado - têm sido alvo de uma miríade de teorias que tendem, por um lado, ao relativo abandono dessas definições e, por outro, a uma atualização que comporte as novas formas em que o trabalho se constitui.

Neste debate, notadamente amplo, é nosso objetivo destacar uma das questões mais controversas sobre as classes sociais: os estratos intermediários ou “classes médias”¹. É certo que já existe um exaustivo debate sobre o tema, desde, principalmente, *White Collar* de 1951, o clássico de Wright Mills (1976),², passando pelas clássicas discussões, nas décadas seguintes, de autores como R. Dahrendorf (1982), D. Bell (1973), N. Poulantzas (1978), H. Braverman (1987), D. Lockwood (1962), A. Gorz (1982, 2007), C. Offe (1989),

¹ A princípio, usamos o conceito no plural para indicar a profunda heterogeneidade que a define, embora seja possível, como veremos ao longo do texto e na visão de certos autores, apontar critérios que permitam uma identificação e, assim, uma idéia de “classe média”.

² Interessante notar que na mesma década, R. Nisbet publicava um artigo intitulado “Declínio e queda das classes sociais”, que, segundo Chauvel (2002) foi a primeira tentativa de rejeição da noção de classe fundada numa argumentação empírica que se pautava em mudanças macro-sociológicas. O essencial das argumentações que seguiram o trabalho de Nisbet poderia ser assim elencado: “queda das desigualdades econômicas e educacionais, enfraquecimento das fronteiras sociais em termos de acesso ao consumo e às referências culturais, mas também elevação da mobilidade; menor estruturação das classes em grupos distintos, discerníveis, identificáveis e opostos; menor potencial de conflitos das classes e consciência de classe enfraquecida” (Chaveul, 2002, p. 59). Além das bibliografias citadas, podem ser indicadas as seguintes obras: Wright (1989), Beaud & Pialoux (2009); Callinicos & Harman (1989), Davis *et al.* (1997), Amin (1996), Wallerstein (1996), Lockwood (1996), Nicolaus (1967 e 1968), Urry (1996), Carchedi (1996).

A. Giddens (1975), P. Bourdieu (2007), E. O. Wright (1981), Eder (2002), entre outros expoentes.

Interessa-nos indagar em que medida as questões e conceitos levantados por esses trabalhos são novamente tematizados à luz das transformações mais recentes do capitalismo contemporâneo, principalmente as consequências das reestruturações produtivas e das reformas neoliberais. Em outras palavras, discutimos se é possível dar um passo além no interior deste debate na medida em que os processos sociais e econômicos vivenciados nos últimos 20 anos podem ter tanto revitalizado algumas teorias, quanto mostrado limites de outras.

Um dos principais aspectos que influenciou boa parte das obras citadas refere-se à forma pela qual as relações de assalariamento desenvolveram-se no século XX. Diversos autores sustentaram que o desenvolvimento do capitalismo teria seguido um caminho notadamente distinto daquele exposto (ou, pelo menos, tal como foi interpretado) na obra de Marx. Ao contrário de tender a um aumento relativo e absoluto do número de proletários e à consequente polarização social entre esses proletários e os proprietários dos meios de produção, o que o capitalismo do século XX teria presenciado seria o aumento do número de integrantes de um estrato intermediário: nem proprietários, nem operários manuais, os assalariados não-manuais das áreas técnicas, administrativas e de setores não-fabris teriam formado as grandes, porém difusas, classes médias. Mesmo dentro da teoria marxista, muitos esquemas inseriam esses assalariados como trabalhadores improdutivos, portanto, fora do proletariado.

Esse contingente extremamente significativo, encaixado sob a rubrica de “classes médias”, indicava, sobretudo, uma transformação estrutural do que se entendia por classe média até fins do século XIX, a saber, artesãos, pequenos proprietários rurais e urbanos, comerciantes, profissionais liberais (médicos, advogados, artistas, etc.). Nos termos de Marx e Engels (1998), no Manifesto de 1848, esse contingente constituía a pequena-burguesia, cuja incapacidade de fazer frente à tendência de concentração e centralização do capital bem como a de acompanhar o desenvolvimento tecnológico das grandes empresas empurravam-nas, em sua maioria, às fileiras do proletariado devido ao crescente processo de assalariamento na esfera produtiva, embora uma parte mantivesse o apego à propriedade na situação de manutenção dos negócios em pequena escala. Foi nesta contradição de sua situação de classe que Marx se baseou ao analisar o posicionamento político “indefinido” da pequena burguesia tradicional nas lutas sociais do século XIX, como nos clássicos

estudos sobre o bonapartismo e suas relações com as classes e o Estado burguês (Marx, 2008)

Contudo, as classes médias formadas ao longo do século XX apresentam uma diferença importante que acarreta mudanças em relação às suas características objetivas e subjetivas se comparadas à versão tradicional, qual seja, o fato de ser produto direto da relação entre capital e trabalho, não mais amparada em relações de produção pretéritas. A acumulação capitalista exigiu, por conta da necessidade de uma “administração científica do trabalho”, fazer das atividades de gerência, administração e demais funções burocráticas, profissões de trabalho e em tempo integral específicas e especializadas a certo tipo de conhecimento técnico— e não somente nas empresas privadas, mas, igualmente, nos aparelhos de Estado. Aos poucos, o segmento de assalariados não vinculados diretamente à produção física das mercadorias foi crescendo significativamente (Cf. Atlas NESB, vol. 1, 2006)³.

Para autores como D. Bell (1973), R. Dahrendorf (1982) e W. Mills (1976), a consequência principal deste processo seria o anacronismo de visões pautadas em contradições sociais insolúveis ou na própria luta de classes. A existência (e possível superioridade numérica) de assalariados não operários teria como corolário uma redefinição completa das formas de se pensar os posicionamentos políticos dos assalariados, os quais seriam diferenciados em incontáveis graus de funções, cargos e, principalmente, de conhecimento e educação.

Mas é fundamental destacar que esse panorama foi traçado em meio à configuração social trazida pela ascensão das técnicas tayloristas e do ideário fordista, responsáveis pela produção e consumo em massa. Tratou-se de uma hegemonia, como nos termos de Gramsci (1976), cristalizada na forma assumida pelos Estados em boa parte do século XX, qual seja, *Welfare-state* nos países centrais, e desenvolvimentista em diversas nações dependentes. Foi neste contexto em que os “assalariados médios” conheceram seu apogeu material e simbólico, em especial nos países centrais, o que alimentou boa parte do “sonho da classe média”, entre outras coisas: obter as qualidades de um emprego que garantia estabilidade, ganhos financeiros relativamente elevados, certo grau de autonomia no trabalho, acesso a bens simbólicos privilegiados e uma perspectiva de ascensão individual.

Ocorre que a empresa que sedimentou este projeto, assim como o capitalismo no qual ela estava envolvida, se transformou profundamente. Mudanças que vêm se

³ Trata-se do Atlas da Nova Estratificação Social no Brasil, organizado por um coletivo de pesquisadores brasileiros.

efetivando de forma desigual (mas intensa) em todo o mundo desde, principalmente, em fins da década de 1960, inverteram boa parte desta lógica. A reestruturação produtiva e a consolidação da hegemonia neoliberal no campo político do Estado e nas próprias empresas⁴ minaram as bases supostamente estáveis sobre as quais os assalariados, todos eles, se mantinham. A empresa individual ou familiar, assentada numa estrutura burocrática verticalizada de inúmeras hierarquias, cedeu lugar à sociedade de ações, ao predomínio dos interesses dos acionistas em detrimento da estabilidade dos funcionários⁵. A informatização do trabalho possibilitada pelas tecnologias microeletrônicas incidiu não somente nas atividades de transformação e serviços, fortemente automatizadas, mas também nas funções gerenciais, técnicas e administrativas, o que deslocou várias tarefas a computadores e *softwares* que sustentavam a criação de empresas-rede. Uma nova organização dos trabalhos técnicos, de gerenciamento e administração foi sendo efetuada, a qual se baseou no “enxugamento” de postos, funções, atividades e, logicamente, pessoas.

Reengenharias, *downsizing*, terceirizações e flexibilização de direitos foram afetando também os assalariados não-manuais e aqui nos encontramos frente a um novo quadro, mais uma vez, essencialmente contraditório. Por um lado, uma fração dessa camada (reduzida, ao que tudo aponta⁶) acopla-se à tendência de financeirização da economia e às atividades desenvolvidas por conta própria (prestação de serviços, consultorias, empresas de uma só pessoa), as quais rendem ganhos elevados e as faz se unirem praticamente às classes proprietárias. Por outro lado, diversas funções, especializações e atividades são reestruturadas, organizacional e tecnologicamente, o que faz com que diversos assalariados não-manuais passem a conviver também com a marca do aleatório, da instabilidade e da imprevisibilidade⁷, perfazendo, para vários autores, novas tendências de proletarização.

No bojo deste processo, um conjunto de trabalhos buscou “revistar” a debate sobre classes sociais, tanto no Brasil quanto na Europa, o que indica a atualidade do tema e a necessidade de encontrar novos caminhos que o revitalizem. Todavia, o fato não é sentido somente pelas expressões acadêmicas, mas, sobretudo, pelo contexto de crise econômica

⁴ Entendemos que a definição de Duménil (2007, p. 186) consegue captar os traços mais importantes do processo, pois, com o objetivo de assegurar o poder e a renda das classes capitalistas, as políticas neoliberais adotaram os seguintes métodos: “1) novas formas de gestão das empresas voltadas aos acionistas; 2) políticas econômicas visando à estabilidade dos preços e taxas de juros reais elevadas; e 3) abertura das fronteiras comerciais (livre mercado) e financeiras (livre circulação de capitais) entre países de níveis de desenvolvimento muito desiguais”.

⁵ Daí segue-se o conceito de “empresa neoliberal” de T. Coutrot. Ver Braga (2009).

⁶ Ver Krugman (2006) abaixo e, para o caso do Brasil, Atlas NEBS (2006).

⁷ Nos termos de Sennett (1999) e Castel (1998);

global dos últimos anos, aliado às conseqüências das inúmeras reformas neoliberais em diversos países, que colocam na nova cena nacional e internacional paradoxos, contradições e novos desafios teóricos relacionados à esfera do trabalho e, assim, à teoria das classes. De modo que nos parece cada vez mais pertinente perquirir se as noções tradicionais de classe média se mantêm com a nova reestruturação produtiva do capital: é possível pensar em um processo de nova proletarização ou assistimos a uma reformatação dos traços distintivos das atividades não-manuais assalariadas? Neste texto, longe de respostas conclusivas, pretendemos lançar algumas vias de análise condizentes com os processos sociais contemporâneos.

2. Sobre o debate em torno das classes médias.

Ainda que o trabalho assalariado tenha se expandido enormemente⁸, o movimento de reestruturação produtiva que vem desde as últimas décadas do século XX fez com que sua importância e sua relevância nas sociedades contemporâneas sofressem importantes questionamentos e atualizações. As teorias, portanto, que se propuseram a entender esse novo contexto giraram em torno de uma problemática nova, que incidiu nas definições de classe social: teria ainda o trabalho a centralidade postulada, direta ou indiretamente, pela sociologia clássica? Que papel cumprem, atualmente, as classes sociais?

A partir dessas indagações, um amplo debate tomou conta de grande parte das discussões da sociologia do trabalho, o qual buscava respostas que dessem conta de tais modificações⁹. A robótica calcada nas potencialidades da microeletrônica, a alteração (ou atualização) das técnicas tayloristas de organização dos processos de trabalho, a fragmentação de coletivos de operários com o decréscimo das lutas sociais e políticas dos trabalhadores, a mundialização do circuito produtivo, a elevação do setor de serviços, o poder simbólico do consumo, o possível esfacelamento da lutas baseadas em classes sociais, a ascensão do conteúdo imaterial do trabalho, enfim, a discussão sobre uma miríade de novos elementos levou, por exemplo, a uma nítida cisão entre aqueles que visualizavam uma perda crescente de importância da “categoria trabalho”¹⁰ – seja por sua absoluta superfluidade dentro da produção econômica atual, seja por sua pouca relevância

⁸ Devido à expansão asiática, principalmente chinesa, não só o contingente assalariado em geral aumenta, mas também a parte proletária industrial.

⁹ Ver Antunes (2002), Mészáros (2002), Bihr (1998), Chesnais (1996, 2005)

¹⁰ Embora com diferenças, poderíamos citar aqui A. Gorz (1982 e 2007), C. Offe (1989), Rikfin (1995), Dahrendorf (1992), Kurz [(1992), no sentido de sua negação da contradição fundamental entre capital e trabalho], entre outros.

simbólica na estruturação das personalidades individuais ou de grupos sociais – e outros autores que, defendendo a permanência dessa centralidade, inseriram esses novos elementos dentro de uma nova fase da acumulação capitalista na qual coexistiam tanto a dimensão de superfluidade da força de trabalho viva quanto a perene necessidade de utilização intensiva dessa mesma força de trabalho, porém, agora, em outros moldes, concernentes a um processo produtivo cada vez mais global e, por isso mesmo, desigual.

As idéias e conceitos esboçados para se entender as classes médias foram retrabalhados por conta deste novo contexto. Um primeiro esboço das mudanças pode ser realizado se ficarmos restritos ao critério de renda para a definição das classes médias – critério, porém, que consideramos insuficiente, na medida em que precisa ser acompanhado pela caracterização na estrutura social produtiva. Com base nesse critério, P. Krugman (2006) constata que, mesmo nos Estados Unidos, pode-se falar no fim da “sociedade de classe média”. Isto porque as famílias que são compostas por adultos que trabalham não presenciaram progressos nos últimos 30 anos. Segundo o economista, “corrigida pela inflação, a renda de uma família média dobrou entre 1947 e 1973. Mas ela cresceu apenas 22% de 1973 a 2003”. O detalhe importante é que grande parte do ganho foi, na verdade, resultado das mulheres que entraram na força de trabalho remunerada ou que aumentaram as horas trabalhadas, ao contrário, então, de representar uma elevação salarial real da família. Na ponta superior da pirâmide social, “os ricos têm se saído muito bem: desde 1973, a renda média do 1% superior de americanos mais ricos dobrou, e a renda do 0,1% superior triplicou”. J. Lojkine (2007), baseado em dados similares dos EUA e Europa, enfatiza a tendência que se observa nas economias centrais de enfraquecimento contínuo do padrão adotado pelas classes médias assalariadas. É possível perceber, segundo o autor, que os riscos da pauperização e da vulnerabilidade atingem um número cada vez maior de assalariados.

Processo delineado em outras dimensões por R. Castel (1998), que expõe uma forte tendência de quebra de estruturas estáveis em nome da eficiência econômica, o que tem levado ao aumento da camada de trabalhadores vulneráveis, ou seja, aquelas que pertencem a uma zona intermediária entre os estáveis e os desfiliaados, a qual é marcada pela instabilidade, precariedade de trabalho e fragilidade de vínculos, enfim, pelo “selo do aleatório”.

Assim, uma parte dos autores buscou explicitar o viés desestruturante do processo. O processo, tal como indica Braga (2009), pode ser pensado à luz das teses de H. Braverman, cuja obra da década de 1970 buscou ressaltar o fato de que diversos assalariados, ao

contrário de constituírem uma classe à parte, aproximavam-se de uma condição proletária. Ao falar sobre “trabalhadores em escritório”, Braverman (1987) estava se contrapondo às noções de *colarinho-branco* ou “nova classe média”. Para o autor, estes formavam uma nova camada na fase monopolista do capitalismo, composta por assalariados em funções burocráticas não-manuais como contadores, secretários, caixas, telefonistas, arquivistas, recepcionistas, serviços de pessoal, entre outras funções administrativas, de planejamento e controle as quais eram complementares à produção propriamente dita e que se encontravam em indústrias, bancos, comércios, etc. O intuito era demonstrar que estas funções se distanciavam da figura do proprietário e se aproximavam cada vez mais dos operários, devido não somente a serem também assalariados, mas por apresentarem um trabalho simplificado, repetitivo e pouco autônomo (controlado por outros), além de sentirem, como os demais, a constante ameaça do desemprego. A organização taylorista do trabalho que invadia todas as tarefas fazia com que o contraste entre trabalho manual (fábrica) e trabalho mental (escritório) fosse perdendo força. Mesmo não abarcando todos os assalariados, para Braverman, a tendência principal era de uma proletarização desses trabalhadores e não o aumento da “classe média”, justificado também, pelo autor, devido à quebra das barreiras entre trabalho produtivo e improdutivo¹¹. Braverman busca diferenciar estes trabalhadores em escritório de uma parte nitidamente capitalista, ou seja, os altos executivos que mantêm posições gerenciais elevadas, controle da hierarquia do processo de trabalho, poder independente de decisão, entre outros fatores. Porém, o pessoal existente entre esta camada e a produção propriamente dita dificilmente seriam uma “nova classe média” e seu argumento é claro: o que se chama de “nova classe média” encontra-se numa posição intermediária “não porque esteja fora do processo de aumento do capital”, como assim se encontrava a classe média tradicional, “mas porque, como parte desse processo, ela assume as características de *ambos os lados*”. Esta classe intermediária receberia, então, “prerrogativas e recompensas” do capital, mas também carregariam “as marcas da condição proletária” (*idem*, p. 344, itálico do autor). E são importantes as razões dadas por Braverman para fazer tal assertiva.

¹¹ Segundo Braverman (1974, p. 357), “Embora o trabalho produtivo e o improdutivo sejam tecnicamente distintos, embora o trabalho produtivo tenha tendido a decrescer na razão do aumento de sua produtividade, enquanto o improdutivo tenha aumentado apenas como consequência do aumento dos excedentes jorrados pelo trabalho produtivo – a despeito dessas distinções, as duas massas de trabalho não estão absolutamente em flagrante contraste e não precisam ser contrapostas uma à outra. Elas constituem uma massa contínua de emprego que, atualmente e diferentemente da situação nos dias de Marx, têm tudo em comum”.

Em primeiro lugar, profissões como desenhistas, técnicos, engenheiros, contadores, enfermeiros, professores e até pequenos gerentes e supervisores começaram a fazer parte de um mercado de trabalho com todas as características de outros mercados, como por exemplo, sofrer as pressões de um exército de reserva que força a baixas salariais. E, em segundo lugar, estão também sujeitos à “racionalização” do modo de produção capitalista, ou seja, podem se tornar descartáveis assim que um novo meio tecnológico suprima suas funções.

Partindo de uma conceituação distinta, N. Poulantzas (1975) não igualou essas “camadas médias” de emprego à classe operária¹², ao pressupor uma definição de classes sociais que, segundo o autor, envolve pensá-la no conjunto da divisão social do trabalho e na relação entre determinação estrutural e posição de classe na conjuntura, o que acarreta dimensionar as relações políticas e ideológicas na determinação das classes. Assim, irá designar como “nova pequena-burguesia” tanto os trabalhadores assalariados improdutivos, quanto frações produtivas do “trabalhador coletivo”, principalmente as de trabalho mais intelectual e qualificado, as quais não poderiam ser equiparadas, tendo em vista seu sentimento de pertencimento de classe, sua vinculação ao trabalho intelectual e suas condições ideológicas e políticas conjunturais, ao operariado produtor direto de mais-valia. Nesse aspecto, é preciso ressaltar o trabalho de Décio Saes (1978), que apresenta a idéia de que a “nova pequena-burguesia” seria na verdade uma classe média, que apresenta uma diferença fundamental com a pequena-burguesia tradicional na medida em que o fator principal de distinção é o apego à ideologia meritocrática, e não o individualismo de pequeno proprietário¹³.

Debatendo tanto com Poulantzas quanto com Braverman, E. O. Wright (1981) busca identificar “posições objetivamente contraditórias dentro das relações de classe”, ou seja, situações contraditórias de classe que levam a um entendimento mais aprofundado das possibilidades de união de interesses das classes dominadas dentro do capitalismo. Nesta abordagem, deve-se pensar, entre outros elementos, as relações sociais de produção e a formação das classes com base em critérios como controle da força de trabalho, controle dos meios físicos de produção e controle de investimentos e recursos. Assim, podem-se entender as situações contraditórias dentro dos trabalhos manuais e intelectuais a partir da posição dos agentes em relação a esses critérios¹⁴. Diferentemente de Poulantzas, por não

¹² Classe operária é sinônima, para o autor, de trabalho produtivo manual, ou seja, de proletariado. Para uma visão distinta, ver Lessa (2007). Em Cavalcante (2009), tecemos algumas considerações sobre esse debate.

¹³ Ver também Boito (2004).

¹⁴ O antagonismo fundamental seria entre capitalistas (controlam processo de acumulação, decidem como devem ser utilizados os meios físicos de produção e controlam a estrutura de autoridade dentro do processo

restringir o proletariado aos trabalhadores manuais, e dialogando com Braverman, afirma Wright que podem ser incluídos vários assalariados na classe proletária, devido às condições em que executam suas atividades, ainda que não necessariamente produtivas. Mesmo na gerência haveria situações contraditórias entre burguesia e proletariado, enquanto diversos empregados semi-autônomos ocupariam posições contraditórias entre a pequena burguesia e o proletariado. Em suma, Wright considera ser fator mais importante, na medida em que pensar classes é pensar a luta de classes, a proletarização não de grupos de indivíduos, mas das condições nas quais exercem suas atividades e as relações que estabelecem entre si¹⁵.

Em outro campo de estudos, mais voltado à sociologia das profissões, diversos autores contestaram os argumentos de análises marxistas, principalmente as marcadas pela obra de Braverman, indicando a não constatação empírica das tendências de desqualificação profissional e, conseqüente, proletarização de assalariados não-manuais. Diniz (1998) sintetiza as posições de um conjunto de autores – como Whalley (1986 e 1984), Wilkinson (1984), Stark (1980), Lee (1981), entre outros – os quais apontam vários elementos que iriam de encontro às teses de Braverman, como: a desqualificação do trabalho não é *a priori* a forma de controle capitalista; seriam visíveis sinais de aumento da autonomia e flexibilidade mesmo em setores que enfrentaram reestruturações; há uma confusão, por parte das análises que seguem a linha de Braverman, entre desqualificação do trabalho e desqualificação do trabalhador, na medida em que ao trabalhador podem ser abertas novas oportunidades; e mesmo a introdução de máquinas não significa necessariamente a desqualificação do trabalho.

A relativa distância temporal em relação aos debates elencados nos possibilita encarar os problemas teóricos e os diagnósticos a partir de novas pistas e tendências. Mas

de trabalho) e trabalhadores – classe operária (excluídos do controle sobre relações de autoridade, dos meios físicos de produção e dos processos de investimento) (Wright, 1981, p.68).

¹⁵ Contudo, E. O. Wright desloca o sentido de suas análises em trabalhos posteriores, que expressam a incorporação de debates com o “marxismo analítico” estadunidense. Em Bensaïd (1999) também é possível colocar a questão das classes mais no sentido relacional do que em conteúdos físicos, mas o autor levanta fortes objeções às análises que trabalham com a idéia de “explorações múltiplas” ou aquelas (de autores como G. Cohen ou J. Roemer) fundamentadas no individualismo metodológico e na teoria dos jogos. Para Bensaïd, mesmo a idéia de “posições contraditórias” tem limites teóricos por ter que necessariamente situar a classe média simultaneamente na classe operária e na classe capitalista (p. 249), incorporando, assim, certa confusão entre os conceitos de dominação e exploração.

também é pertinente buscar semelhanças e diferenças existentes entre países centrais e dependentes em relação aos processos de transformação das classes médias. Neste momento, apenas indicamos um traço distintivo significativo entre países que vivenciaram experiências de políticas universalistas, patrocinadas pelo Estado de Bem-Estar social, e nações periféricas, com ou sem Estados desenvolvimentistas, marcadas por gritantes índices de desigualdades sociais.

No caso brasileiro, em que relações capitalistas “avançadas” coexistem com relações típicas de modos de produção pretéritos, os posicionamentos e as características das classes médias precisavam ser balizados dentre desta situação peculiar, a qual, por exemplo, as permitem obter, para seu uso pessoal, trabalhos de prestação de serviços (empregados domésticos, vigilantes, babás, porteiros, etc.), amplamente disponibilizados pelos estratos inferiores. Esta situação as impele a certo conservadorismo político, pois a manutenção de certas garantias e serviços sociais é por vezes defendida em detrimento das lutas por universalização desses serviços.

Mesmo a introdução das políticas neoliberais no Brasil, desde os anos de 1990, coloca questões importantes à análise social na medida em que situam o posicionamento desses agentes em meio a um período que também foi o de implementação intensa dos processos de reestruturação produtiva¹⁶. As reformas do Estado, com a onda de privatizações e desregulamentação de legislações, valeram-se da precariedade dos sistemas públicos existentes:

Esses setores sociais [segmentos da classe média e das classes trabalhadoras] vêm na política neoliberal o caminho para a liquidação do Estado parasitário, cartorial e empreguista, que absorve através do sistema tributário os precários recursos financeiros do povo e os coloca à disposição de uma casta de privilegiados destituídos de qualquer utilidade social: os burocratas e os políticos profissionais. Portanto, tais setores sociais, desconsiderando que o neoliberalismo se acomoda regularmente – no mínimo, para se viabilizara eleitoralmente – à ‘fisiologia’, supõem que a liquidação do parasitismo estatal passa pela redução do raio de intervenção do Estado na vida econômica e social (o que implicaria: privatizações, fim do protecionismo econômico e das reservas de mercado, etc.) (Saes, 2001, p. 89)¹⁷.

Pode-se dizer que o neoliberalismo, como afirma Boito Jr. (2002, p.30), “confiscou” a revolta popular difusa contra o clientelismo e a cidadania restrita em favor de um objetivo reacionário, ou seja, a construção do suposto “Estado-mínimo”. Mas o que é

¹⁶ Para um panorama dos processos de reestruturação produtiva por vários setores da economia brasileira, ver Antunes (2006).

¹⁷ Saes (2001) ressaltar que o exposto não implica numa adesão completa a todo o programa neoliberal, na medida em que há resistência às modificações nas legislações sociais e trabalhistas.

importante apontar, neste momento, é que as classes médias brasileiras – quando se entende a noção de classe englobando também a sua atuação política¹⁸ – sofreram igualmente a desestruturação causada pelo processo conjunto de reestruturação produtiva e reformas neoliberais e seus agentes teceram caminhos distintos de organização e participação políticas. Embora sejam constituídas por camadas muito distintas, pode-se ver, por um lado, a revigoração da defesa da meritocracia e das estratégias individualistas – e, assim, um consentimento, ativo ou passivo, a reformas orientadas a aumentar o raio de ação da lógica de mercado¹⁹ –, por outro, a adesão a movimentos sociais reivindicativos, como é o caso das diferentes feições de sindicalismos voltados a assalariados de classe média²⁰ ou mesmo, outras formas de movimentos sociais. Para alguns autores, o contexto de novos movimentos sociais seria na verdade marcado por demandas da classe média, que estariam situadas para além da esfera do trabalho²¹.

4. Sobre a contradição atual na reprodução social das classes médias

Uma hipótese que consideramos pertinente no intuito de se pensar as relações entre as classes médias é o fato de que, mesmo se as tomarmos como o conjunto de assalariados não-manuais, é possível discernir uma ruptura das tarefas “intelectuais” entre os momentos de concepção e execução. Como afirma Braverman (1987), mais rigorosa do que a oposição entre trabalho intelectual e manual é o “princípio da separação entre concepção e execução”, ou seja, por ter o trabalho humano superado a forma puramente instintiva dos demais seres vivos e atingido um conteúdo social, coloca-se a possibilidade de que os momentos de concepção e execução das atividades se dissociem. Na maioria dos casos, isso significa a atribuição de tarefas manuais a classes exploradas e a manutenção de atividades puramente intelectuais nas classes dominantes. Porém, *e isso nos parece decisivo* para se pensar no conjunto dos assalariados, *o trabalho intelectual pode sofrer uma separação interna entre os momentos de concepção e execução*.

Como revela Morris-Suzuki (1997, p. 22), é um equívoco acreditar que “*o trabalho que não envolve diretamente a produção manual é necessariamente intelectual e criativo*”. Como a produção de conhecimento torna-se central em vários empreendimentos

¹⁸ O que significa, num sentido trabalhado por Poulantzas (1978), por exemplo, que as classes não existem fora da luta de classes.

¹⁹ Podemos pensar aqui na popularização das teorias sobre o capital humano, por exemplo.

²⁰ Ver Boito (2004), Trópia (1994), Fantinatti (1998).

²¹ Ver Eder (2002).

contemporâneos, há também a necessidade de se elevar a produtividade e eficiência desses trabalhos e tal procedimento é realizado da forma mais tipicamente capitalista: intensificando a divisão do trabalho e promovendo o crescimento da fragmentação e rotinização das tarefas. Verifica-se, desse modo, uma desqualificação do trabalho intelectual, não obstante a existência de funções especializadas que exigem criatividade e iniciativa pessoal. Mesmo a produção científica não se resume à independência individual, pois muitos desses cientistas são substituídos por trabalhadores intelectuais cuja relação com os produtos de sua pesquisa não é essencialmente diferente da relação entre os trabalhadores da linha de montagem de Ford a produção em massa de carros. Segundo Morris-Suzuki, é cada vez mais real a “produção em massa de conhecimento” (p. 23).

No intuito de esboçar um primeiro eixo de argumentação, diríamos que o modo de produção especificamente capitalista não está, por completo, em todas as formas de assalariamento numa dimensão bem precisa: o capital não subsume *realmente* todas as espécies de trabalho. Tal tese nos permite entender, por exemplo, a identificação completa, nas obras de Marx, entre proletário e operário. O proletariado, para Marx, é o operariado precisamente por este estar inserido, como nenhum outro em sua época, nas formas reais de subsunção do trabalho ao capital – isto o torna descartável, ao sabor das flutuações do mercado e integrado ao meio técnico de produção–, o que, contudo, não impossibilita uma proletarização em outras camadas na medida em que avançam as formas da subsunção real em atividades de conteúdo “não-materiais”.

De modo que poderíamos traçar duas tendências no tocante ao impacto das reestruturações produtivas e do neoliberalismo sobre as classes médias. A primeira diz respeito à reprodução dos *traços distintivos* das classes médias, em relação aos demais assalariados, no momento posterior aos choques da reestruturação e das reformas neoliberais. A segunda representa a o surgimento de uma “nova condição proletária” em assalariados não-manuais, o que significa a não-reprodução dos traços distintivos das classes médias ou, ao menos, a diminuição do peso objetivo e subjetivo de seus traços distintivos em relação ao trabalho assalariado manual.

Sobre a primeira tendência, uma série de estudos tem sido realizada baseada nas idéias de que a produção atual informatizada tem criado um número extenso de assalariados que, embora não propriamente manuais, se tornam passíveis de um processo de proletarização. Aos trabalhadores de escritório aludidos por Braverman, esses autores incluem as diversas ocupações criadas pela informatização de atividades industriais e de serviços. Esses trabalhadores da informação – ou *cibertariado*, na expressão de U. Huws

(2009) – seriam uma feição do proletariado contemporâneo, ainda que permeado de nuances. Segundo a autora, mesmo que a idéia de trabalhadores de escritório seja insatisfatória, pode-se ainda, nesse novo contexto, pensá-la a partir de seis dimensões que envolvem a posição de classe desses assalariados, quais sejam, a) em termos da relação funcional de seu trabalho com o capital; b) em relação às ocupações (lugar na divisão técnica do trabalho); c) relação social com a produção (proprietários ou não de meio de produção; d) lugar na divisão social do trabalho (como a divisão de gênero); e) rendas comparadas (posição no mercado enquanto consumidores e f) status social (Cf. Huws, 2009). As pesquisas que vão nesse sentido são variadas e mostram aspectos de uma possível subsunção real em trabalhos intelectuais que, assim, perdem suas feições de autonomia, criatividade e independência²². Ainda segundo Huws (2009, p. 49), são visíveis as tendências de mercantilização e, conseqüente, descartabilidade:

Em geral, pode-se afirmar que o número de tarefas envolvendo habilidades padrões genéricas relacionadas a computadores está crescendo rapidamente. (...) O fenômeno tem conseqüências curiosas e contraditórias. O fato de essas tarefas serem hoje genéricas fez com que elas deslizassem de emprego para emprego, empresa para empresa e indústria para indústria. Porém, pela mesma razão, cada trabalhador tornou-se mais facilmente dispensável, mais facilmente substituível; portanto, as novas oportunidades também constituem novas ameaças.

Um exemplo bastante interessante de investigação, nesse sentido, trata-se dos milhões de trabalhadores em *call centers* espalhados pelo mundo. Uma das atividades mais próximas das formas tradicionais de trabalho taylorizado no mundo informatizado, os teleoperadores enfrentam em seu cotidiano praticamente todas as características da dominação gerencial despótica e do trabalho parcelado fabril, além do fato de ainda compartilharem condições e espaços físicos em comum²³. Mas, bem ilustrativo das contradições que apresentamos, são ainda uma categoria profissional com poucas mobilizações coletivas concretas ou de grande escala, pelo menos no Brasil.

Tais elementos nos fazem retomar, então, a segunda tendência, isto é, o fato de que a reestruturação produtiva (novas tecnologias, “reengenharias” organizacionais, padrões diferenciados de gerenciamento, etc.) e as reformas neoliberais tenham reproduzido em outros moldes os traços distintivos das classes médias em relação a outros assalariados, notadamente os operários. Para tanto, existe um elemento diretamente relacionado a essas mudanças que repercute nesse contexto de forma decisiva, a saber, o fato de que este

²² Pesquisa que buscam cobrir desde programadores de softwares (Castillo, 2009) a professores em redes de ensino “virtual” (Almeida, 2008).

²³ Ver todos os artigos reunidos em Braga e Antunes (2009).

“infotrabalhador” tem relação muito próxima com as características de formação pessoal educacional e qualificação que são pensadas em oposição às atividades operárias (manuais). Assim, embora sofram de forma intensa também a forte mercantilização dos produtos do conhecimento e uma perda de autonomia em suas atividades de trabalho, persiste uma relação íntima com as noções meritocráticas que naturalizam as diferenças sociais em sociedades de classe, pelo menos, potencialmente.

Um exemplo é fornecido por Boito Jr. (2004, p. 17):

Um auxiliar de escritório bancário recebe um salário muito baixo, realiza tarefas simplificadas e repetitivas, tem o seu trabalho controlado pelas chefias, trabalha em cooperação com dezenas ou centenas de trabalhadores e encontra-se permanentemente sob a ameaça do desemprego. Por que é possível, contudo, em determinadas situações históricas, considerar este trabalhador como trabalhador de classe média? Porque ele *poderá*, seja pela percepção social do trabalho que realiza, cercado de objetos e de símbolos típicos do trabalho intelectual, seja pela correlação de forças políticas e pela conjuntura ideológica, conceber a si próprio com um trabalhador não-manual que merece, enquanto tal, um tratamento social diferenciado, isto é *poderá* professar a ideologia meritocrática e, nesse medida, integrar a classe média.

Como indica o autor, não há exatamente uma linha objetiva (rigorosa e fixa) que separaria, no nível do processo de trabalho, a situação da classe média e da classe operária, sendo que este limite é na verdade construído historicamente pela luta de classes.

Contudo, poderiam ser cada vez mais incluídos junto ao “auxiliar de escritório” todos aqueles que sofrem tais condições ao operar meios técnicos informacionais. Quantos e como trabalham são esses assalariados?²⁴ Como reagirão esses assalariados a contextos de crise econômica e política²⁵? A proliferação de inúmeras formas de “trabalho por conta própria” não desautorizam prever ações coletivas?

Sobre essas e muitas outras perguntas, parece importante destacar que as possíveis respostas e caminhos de análise não surgirão somente por conta de “achados” objetivos em relação à base técnica do capitalismo atual, ainda que tal empreitada seja sem dúvida

²⁴ A essa pergunta é importante lembrar a advertência de Huws (2009, p. 47), ainda que focada na experiência européia: “Acrescente-se a isso [aos rearranjos internos e externos de empresas] o impacto da terceirização de operações para empresas externas e chegamos a uma situação na qual as corporações não podem mais ser encaradas como estáveis e homogêneas. Assim, elas devem ser vistas como entidades mutuamente interpenetrantes num constante fluxo levado adiante por uma elaborada teia de contratos em contínuo processo de renegociação. A classificação setorial do “empregador”, ao qual qualquer dado trabalhador está relacionado num quase acidental subproduto de todos esses jogos de palavras, torna impossível usar as estatísticas oficiais, ao menos em sua forma atual, como base para uma análise séria”.

²⁵ Fundamental recordar aqui o histórico da classe média, como a européia, que aderiu enquanto força social ao fascismo na década de 1930 (Cf. Reich, 2001) e apresenta traços nacionalistas conservadores, senão explicitamente racistas e xenófobos, nos dias atuais.

importante para o estudo do processo. Mesmo quando relativo a fundamentações teóricas essenciais, o debate teórico isolado parece não constituir um método frutífero. Resgatando a polêmica dentro do marxismo, afirma Bensaïd (1999, p. 163),

Enquanto a sociologia pretende “tratar os fatos sociais como coisas”, Marx os trata sempre como relações. Não define de uma vez por todas seus critérios ou atributos. Antes segue a lógica de suas múltiplas determinações. Não “define” *uma* classe. Antes apreende relações de conflito entre classes. Não fotografa um fato social rotulado como classe. Antes visa à relação de classe em sua dinâmica cultural. *Uma* classe isolada não é um objeto teórico, mas um não-senso.

A perspectiva teórica que possibilita pensar as classes enquanto processo e relação, e não unicamente enquanto coisas, nos parece fundamental na análise sobre as classes médias na atualidade. Precisamente, esta análise precisará ser, assim, das relações de classe das classes médias no capitalismo de hoje.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, S. *Novas Tecnologias e o Trabalho Docente na Modalidade EAD*. Dissertação de Mestrado. Londrina, UEL, 2008.
- AMIN, A. (Org.) *Post-fordism: a reader*. Oxford, Blackwell, 1996.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 2002.
- ANTUNES, R; BRAGA, R (Orgs.) *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo, Boitempo, 2009.
- ATLAS DA NOVA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NO BRASIL. Vol. 1. Classe Média: desenvolvimento e crise. GUERRA, A.; POCHMANN, M.; AMORIM, R., SILVA, R. (Organizadores). São Paulo, Cortez, 2006.
- BEAUD, S.; PIALOUX, M. *Retorno à condição operária*. Investigações em fábricas da Peugeot na França. São Paulo, Boitempo, 2009.
- BENSAÏD, D. *Marx, o intempestivo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.
- BELL, D. *O Advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo, Cultrix, 1973.
- BIHR, A. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo, Boitempo, 1998.

- BOITO JR., A. *Classe média e sindicalismo*. Col. Primeira Versão, nº 123. Campinas: IFCH, UNICAMP, 2004.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, EDUSP, 2007.
- BRAGA, R. “A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo”. In ANTUNES & BRAGA (Org.), op. cit., 2009.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.
- CALLINICOS, A.; HARMAN, C. *The changing working class*. Londres, Bookmarks, 1989.
- CARCHEDI, G. “On the economics identification of the new middle class”, in SCOTT, J. (Org.), op. cit., 1996, vol. 4.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- CASTILLO, J. “O trabalho do conhecimento na sociedade da informação: a análise dos programadores de software”, in ANTUNES & BRAGA (Org.), op. cit., 2009.
- CAVALCANTE, S. “Notas sobre uma polêmica na definição marxista do proletariado”. *Revista Crítica Marxista*. N. 28, 2009.
- CHAUVEL, L. Classes e gerações: a insuficiência das hipóteses da teoria do fim das classes sociais. *Revista Crítica Marxista*. N. 15, 2002.
- CHESNAIS, F (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo, Boitempo, 2005.
- _____. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.
- DAHRENDORF, R. *As classes e seus conflitos na sociedade Industrial*. Brasília, UNB, 1982.
- DAVIS, J.; HIRSCHL, T. A.; STACK, M. (Orgs). *Cutting Edge: technology, information capitalism and social revolution*. London - New York, Verso, 1997.
- DINIZ, M. “Repensando a teoria da proletarianização dos profissionais”. *Tempo Social: Revista Sociologia da USP*. 10(1), 1998.
- DUMÉNIL, G. “Neoliberalismo e dominação de classe: uma análise marxista do capitalismo contemporâneo”, entrevista a P. Marcelino e H. Amorim, *Lutas Sociais*, São Paulo, NEILS, nº 16/17, 2007, p. 186.
- EDER, K. *A nova política de classes*. Bauru, EDUSC, 2002.
- FANTINATTI, M. *Sindicalismo de classe média e meritocratism: o movimento docente das universidades paulistas*. Dissertação de Mestrado. IFCH, UNICAMP, 1998.

- GIDDENS, A. *A estrutura de classes das sociedades avançadas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- GORZ, A. *Adeus ao proletariado*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
- _____. *Metamorfoses do trabalho. Crítica da razão econômica*. São Paulo, Annablume, 2007.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1976.
- HUWS, U. A construção do cibertariado? Trabalho virtual num mundo real. In ANTUNES & BRAGA (Org.), op. cit., 2009.
- KURZ, R. *O Colapso da modernização – da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- LEE, D. J. “Skill, craft and class: a theoretical critique and a critical case”. *Sociology*. 15 (1), 1981).
- LESSA, S. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*, São Paulo, Cortez, 2007.
- LOCWOOD, D. *El trabajador de la clase média*. Aguilar, Madrid, 1962.
- _____. “The ‘new working class’”, in SCOTT, J. (org.), op. cit., 1996, vol. 4.
- LOJKINE, J. “O novo salariado informacional. Nas fronteiras do salariado.” *Crítica Marxista*, São Paulo, nº 25, 2007.
- MARX, K. “As lutas de classes na França” e “O dezoito brumário de Luís Bonaparte”. In: *A revolução antes da revolução*, vol. II, São Paulo, Expressão Popular, 2008.
- MARX, K. & ENGELS, F. *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*, São Paulo, Boitempo; Campinas, Editora da Unicamp, 2002.
- MILLS, W. *A nova classe média (white collar)*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- MORRIS-SUZUKI, T. “Robots and Capitalism”. In: DAVIS, J.; HIRSCHL, T. A.; STACK, M. (Orgs). *Cutting Edge: technology, information capitalism and social revolution*. London – New York, Verso, 1997.
- NICOULAUS, M. “The unknown Marx”. *New Left Review*, n. 48, London, 1968.
- _____. “Proletariat and middle class in Marx: Hegelian choreography and capitalist dialectic”. *Studies on the left*, vol. 7, n. 1, 1967.
- OFFE, C. “Trabalho como categoria sociológica fundamental?” in *Trabalho e sociedade*, vol. I, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.
- POULANTZAS, N. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

- REICH, W. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo, Martins Fontes, 2001.
- SENNETT, R. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- SAES, D. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1985.
- SCOTT, J. (org.) *Class: critical concepts*. London – New York, Routledge, 1996. 4 volumes.
- STARK, D. “Class struggle and the transformation of the labour process”, *Theory and Society*. 9(1),1980.
- TRÓPIA, P. *Classe média, situação de trabalho e sindicalismo: O caso dos comerciários de São Paulo*, Dissertação de Mestrado. IFCH, UNICAMP, 1994.
- URRY, J. “Towards a structural theory of the middle class”, in SCOTT, J. (Org.), *op. cit.*, 1996, vol. 4.
- WALLERSTEIN, I. “Rethinking the concepts of class and status-group in a world-systems perspective”, in SCOTT, J. *op. cit*, 1996. vol. 1.
- WHALLEY, P. “Deskilling engineers? the labour process, labour markets and labour segmentation”. *Social Problems*, 32(2), 1984.
- _____. Markets, managers, and technical autonomy. *Theory and Society*, 15(1-2), 1986.
- WILKINSON, Barry. Technologie, qualifications et formation: une étude de cas sur les machines à commande numérique. *Sociologie du Travail*, 4, 1984.
- WRIGHT, E. O. *Classe, crise e o Estado*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- _____. *The debate on classes*. London – New York, Verso, 1989.